

Muros baixos e religião: a representação de um modelo de penitenciária feminina (1942-1955)

Low walls and religion: the representation of a female penitentiary model (1942-1955)

DAIANE DE OLIVEIRA TAVARES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro [doliveiratavares@yahoo.com.br]

Resumo

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre a organização institucional da Penitenciária de Mulheres de Bangu, criada em 1942, e a representação da referida unidade como exemplo de um novo modelo prisional. Utilizando como fontes de pesquisa o livro de visitantes da penitenciária em questão e a revista *A Estrêla- Órgão da Penitenciária Central do Distrito Federal*, busca-se compreender as vicissitudes do encarceramento feminino nas décadas de 1940 e 1950. Pautado em um modelo arquitetônico com muros baixos, capela, sala de moral e outros espaços voltados para uma proposta que se dizia menos repressora e focada numa formação de base religiosa, podemos falar em reais avanços ou numa proposta que visava reforçar a submissão feminina? A análise da reforma penitenciária ocorrida nesse período ajuda a compreender como a instituição penal voltada para as encarceradas vem se estabelecendo a partir de uma formação sexista, religiosa e moralizante.

Palavras-chave

Penitenciária; Mulheres; Arquitetura; Religião; A Estrêla.

Resumen

El objetivo del presente trabajo es reflexionar sobre la organización institucional del Centro Penitenciario de Mujeres de Bangu, creada en 1942, y la representación de esa unidad como ejemplo de un nuevo modelo carcelario. Utilizando como fuentes de investigación el libro de visitantes del centro penitenciario en cuestión y la revista *A Estrêla-Órgão de la Penitenciária Central del Distrito Federal*, buscamos comprender las vicisitudes del encarcelamiento femenino en los años cuarenta y cincuenta. Bajos, capilla, moral sala y otros espacios orientados a una propuesta que se decía menos represiva y centrada en una formación de base religiosa, ¿se puede hablar de avances reales o de una propuesta que apuntaba a reforzar la sumisión femenina? El análisis de la reforma penitenciaria que se llevó a cabo durante este período ayuda a comprender cómo se ha establecido la institución penal orientada a las presas a partir de una formación sexista, religiosa y moralizadora.

Palavras clave

Penitenciário; Mulheres; Arquitectura; Religião; A Estrêla.

Abstract

The purpose of this paper is to reflect on the institutional organization of the prisoners at the Bangu Women's Penitentiary, created in 1942, and the representation of that unit as an example of a new prison model. Using as sources of research the book of visitors of the penitentiary in question and the magazine *A Estrêla* - Organ of the Central Penitentiary of the Federal District, seeks to understand the adversities of female incarceration in the 1940s and 1950s. Based on an architectural model with low walls, a chapel, a moral room and other spaces aimed at a proposal that was said to be less repressive and focused on religious-based training, can we talk about real advances or a proposal that aimed to reinforce female submission? The analysis of the penitentiary reform that took place during this period and for understanding how the penal institution for woman has been established within the prison universe based on a sexist and moralizing formation.

Keywords

Penitentiary; Women; Architecture; Religion; A Estrêla.

INTRODUÇÃO

Utilizando como fontes¹ de pesquisa o livro de visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu e a revista *A Estrêla* – o primeiro localizado na Secretaria de Administração Penitenciária (RJ)² e o segundo na Fundação Biblioteca Nacional –, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre a organização institucional da Penitenciária de Mulheres de Bangu e como esta era representada, nos referidos documentos, como espaço humanizado. O livro em questão foi criado no momento da inauguração da unidade e iniciativa do Capitão Victório Canepa, que era também responsável pelas edições de *A Estrêla* e Diretor da Penitenciária Central do Distrito Federal³, da qual a Penitenciária de Mulheres

1. Utilizamos LV como sigla para livro de visitantes e AE para revista *A Estrêla*. Ressalto ainda que a transcrição das fontes aqui trabalhadas respeita a escrita contida nos documentos.
2. A Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro possui uma Escola de Gestão Penitenciária voltada para a formação dos agentes e outros profissionais que atuam no Sistema Penitenciário do Estado e que possui também um acervo com documentos onde pude localizar o livro de visitantes aqui estudado. Durante minha pesquisa de doutoramento busquei a instituição para pesquisar documentos sobre a Penitenciária Central do Distrito Federal e me foi permitido o acesso. Vale ainda ressaltar que na revista *A Estrêla* há trechos publicados retirados do Livro de Visitantes da prisão masculina, no entanto só encontrei o manuscrito aqui explorado em único volume.
3. O Decreto- Lei n. 3.971 de 24 de dezembro de 1941, transforma a Casa de Correção em Penitenciária Central do Distrito Federal. Localizada no Rio de Janeiro, no bairro de Bangu, existe até hoje e, em 1957, passou a se chamar Penitenciária Lemos Britto.

estava vinculada. Em sua carreira militar, Canepa atuou em estabelecimentos prisionais no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro. Dirigiu a Colônia Penal de Ilha Grande, a Penitenciária Central do Distrito Federal, sendo um dos seus idealizadores, fez parte do Conselho Penitenciário do Distrito Federal e foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Prisões, criada em 1952.

A partir de 1930⁴, início do governo de Getúlio Vargas, várias modificações alteram a estrutura administrativa e política brasileira e a ideia de um programa de concentração carcerária se inicia com a reforma penal de 1940. Nesse contexto, o decreto-lei n. 3971 de 24 de dezembro de 1941, transforma a Casa de Correção em Penitenciária Central do Distrito Federal e, em 1942, foi criada, como anexo da Penitenciária Central, a Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal. No momento de sua inauguração, como já dito, foi aberto um livro de visitantes: “Este livro, cujas folhas estão rubricadas pelo atual Diretor desta Penitenciária Central, servirá para colher as impressões de visitantes à Penitenciária de Mulheres, em Bangú. (LV- termo de Abertura, 1942, s/p).

A década de 1940, foi extremamente significativa para a criminologia e a prática penitenciária brasileira. Em 1941, foram promulgados o Código Penal e o Código de Processo Penal e criado o Presídio de Mulheres de São Paulo. Já em 1942, foram inaugurados o Instituto de Biotipologia na Penitenciária do Estado de São Paulo e, como já citado, a Penitenciária de Mulheres do distrito Federal.

A Estrêla, impresso que trazia uma representação extremamente positiva acerca da Penitenciária Central e Penitenciária de Mulheres de Bangu, era comercializada a fim de arrecadar recursos para assistir às famílias dos internos, editada e impressa pelo jornal *O Globo*, enviada para assinantes pelos correios, ou vendida separadamente. Os gêneros textuais que preenchem as páginas da revista, como também seus escritores, são diversos: artigos científicos, notícias sobre o sistema, passatempos, notícias esportivas, discursos de autoridades, entre outros, escritos por juristas, penitenciaristas, presidiários, visitantes, jornalistas, e tantos outros sujeitos.

O Livro de Visitantes do Presídio de Mulheres era um instrumento importante para a promoção da gestão de Canepa na medida em que os relatos mais relevantes eram também publicados em sua revista, sendo inúmeros os elogios à direção do gestor. Até mesmo quando recebia críticas da imprensa local, Victório Canepa utilizava o impresso da penitenciária para defender-se e convidar o autor da crítica a visitá-la sem hora marcada para verificar o trabalho desenvolvido na unidade. Foi o caso do jornalista José Arthur Rios que publicou no jornal a *Tribuna da Imprensa* de 03 de janeiro de 1952, que acusava Canepa de ser personalista e de passar a impressão de que o presídio é um lugar maravilhoso. O diretor reproduziu o texto do jornalista na íntegra em sua revista, cujo um trecho segue abaixo:

4. Entre os anos de 1930 e 1934, Getúlio Vargas foi Chefe do Governo Provisório; de 1934 a 1937 foi Presidente da República; após o golpe de estado de 1937, foi ditador durante o Estado Novo até 1945. Em 1951 foi eleito presidente pelo voto direto e governou até 1954.

“a penitenciária que sua revista apresenta é alguma coisa próxima ao paraíso, um céu aberto com futebol, eleições e centros de pesquisa científica. É bem possível que muita gente, lendo as páginas cor de rosa dessa revista, comece a pensar seriamente em tornar-se pensionista do Capitão Caneppa” (AE, janeiro de 1952, p.32).

De fato, a imagem do Capitão representada no Livro de Visitantes estava sempre vinculada às melhorias na instituição. Sua gestão, como constava nas páginas do material aqui estudado, era focada em extrema disciplina e humanismo cristão e esta era a base da formação destinada às mulheres presas. Segundo Mary Del Priore (2013), nos primeiros anos da década de 1950, o Brasil viveu um período otimista e esperançoso que conduziram ao aumento das possibilidades educacionais para mulheres, mas as mudanças não tinham ainda atingido às mentalidades e as distinções entre os papéis femininos e masculinos continuavam latentes, o que refletiu também na própria concepção de prisão feminina instaurada naquele momento.

Diante do exposto, a relevância da temática em questão justifica-se por possibilitar a reflexão acerca das vicissitudes do encarceramento feminino nas décadas de 1940 e 1950 trazendo á tona uma fonte ainda não explorada pelos trabalhos anteriores: o livro de visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu.

Nesse sentido e para melhor compreender a organização institucional destinada às mulheres presas e quais as bases formativas da instituição estudada, traremos a partir de agora alguns trechos do Livro de Visitantes da Penitenciária de Mulheres e da revista *A Estrêla* que ajudam a perceber que, como nos aponta Nóvoa (2002), esta análise é relevante na medida em que possibilita apreender práticas que se situam no nível macro do sistema, assim como no plano micro da experiência concreta. Sendo assim, abordaremos num primeiro momento a presença da religião nos cárceres brasileiros, o projeto arquitetônico da referida penitenciária e, por último, como esse modelo prisional revelava a formação sexista e religiosa que atravessava o cotidiano das apenadas.

A INFLUÊNCIA RELIGIOSA E O PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA PRISÃO ESPECÍFICA PARA MULHERES

Segundo Bruna Angotti (2012) a religião também se fazia presente nos ambientes prisionais, sendo entendida como instrumento de transformação do apenado, pois cumprir a pena não bastava, era preciso se arrepender e ser perdoado já que a recuperação moral era fundamental para que os sentenciados e sentenciadas não retornassem ao mundo do crime.

Diante desse cenário, José Gabriel de Lemos Britto⁵ exerceu papel de suma importância no pe-

5. Reconhecido como um dos principais especialistas na área de direito penal na primeira metade do século XX e um dos principais reformadores das prisões brasileiras, Lemos Britto está cadastrado na Enciclopédia de Literatura Brasileira como orador, poeta, teatrólogo, romancista, jornalista, jurista, sociólogo, historiador, criminologista, membro da Academia Carioca de Letras. Nascido em 1886, em Salvador, diplomou-se em Direito pela Faculdade da Bahia

ríodo de criação dos primeiros estabelecimentos prisionais para mulheres no país. O penitenciariista chamava atenção para a situação lastimável⁶ do encarceramento feminino e defendia a construção de presídios específicos para mulheres. Participou ativamente da construção da Penitenciária de Mulheres do Distrito Federal como presidente do Conselho Penitenciário e foi um dos responsáveis pela escolha da Congregação das Irmãs do Bom Pastor d'Angers⁷ para ajudar a administrar o presídio. No Chile e na Argentina as Irmãs já atuavam nas prisões femininas desde as últimas décadas do século XIX e essa experiência em outros países latino-americanos foi decisiva para que estas assumissem a administração dos cárceres femininos brasileiros (Angotti, 2012)

Ao analisar a construção da Penitenciária de Mulheres de Bangu, verifica-se a forte presença religiosa representada por uma capela que, além de materializar a proposta de moralizar as presas por meio da religião e “prepará-las” para serem boas mães, esposas, mulheres do lar, também era uma ponte com o mundo exterior. Os encontros abertos à comunidade traziam a participação de sujeitos livres e para além da integração das presas com o mundo externo, esse era um meio de pôr em evidência o exemplo de instituição modelo:

“O aspecto exterior é alguma coisa de estranho em se tratando de uma prisão, a localização e disposição no terreno demonstram a preocupação de tornar acessível a frequência à religião sem preconceitos sociais, às vezes, superando os ditames legais; ela aproxima a humanidade através da fé sem importar-se se há presos ou livres – apenas separa-a ali porque a lei deve e tem de ser respeitada” (AE, ed.3, p.8).

Victório Canepa também fez parte do projeto de elaboração da estrutura e objetivos da Penitenciária de Mulheres de Bangu e, nas linhas arquitetônicas da instituição, o que se percebe é a ênfase na negação da aparência prisional sendo este um elemento crucial da proposta da construção da Penitenciária de Mulheres como experiência modelo de uma nova concepção de prisão (Lima, 1983).

Há algumas marcas e, sobretudo ausências, se compararmos os projetos tradicionais de prisões com o modelo arquitetônico proposto por Lemos Britto e Canepa. O principal deles é a crítica aos pesados muros e grades. O diretor sinaliza para a violência simbólica que estes causam a todos que abrigam e trabalham numa penitenciária. A repressão física, segundo ele, muitas vezes é o único objetivo das prisões. Um artigo do diretor sobre arquitetura prisional e intitulado “Prisões não são masmorras” defende que conter os corpos e evitar fugas não pode tornar-se o fim do projeto arquitetônico de uma unidade prisional:

em 1907. Com diversos livros publicado sobre variados temas, quatro deles se referem a temática prisional: *Colônias e Prisões*: no Rio da Prata (1919); *Os Systemas Penitenciários do Brasil* (1924); *A Questão Sexual nas Prisões* (1934); e, *O Crime e os Criminosos na Literatura Brasileira* (1946). Lemos Britto faleceu em 1963.

6. As mulheres eram alojadas em presídios masculinos, o que gerava inúmeros abusos contra as internas e complicações para os administradores das unidades prisionais.
7. Fundada em 1829, na França, pela Madre Eufrásia Pelletier que foi também responsável pela disseminação dessa Ordem pelos cinco continentes.

“O tempo que já se passou autoriza-nos a dizer que, se a arquitetura de uma instituição penal deixa-nos transparecer, com o seu primitivismo, a idéia de que ela se destina ao único objetivo de evitar fugas, os administradores desses estabelecimentos, embora profundos conhecedores de seu “metier”, estão fadados a fracassar em maior ou menor grau, na sua qualidade de reabilitar socialmente o indivíduo e se converterão a simples guardadores de homens. Igualmente, se os internados estão mentalmente vencidos e deprimidos dentro de masmorras até à alma, dêse meio repressivo e coercivo não se poderá esperar uma zelosa e consciente operação; pelo contrário, eles mergulharão na letargia e no desespero; e sentido somente a dificuldade de fuga, lançarão mão de qualquer meio para obtenção da liberdade” (AE, ed.3, p.63).

A reflexão do diretor é relevante na medida em que reforça o discurso de que a arquitetura expõe os objetivos do encarceramento e que uma mudança significativa no sistema prisional requer rever o ambiente e suas linhas arquitetônicas. Analisando as práticas e propostas de Caneppa, percebe-se que este buscava na inculcação ideológica alcançar seus objetivos no que tange à disciplina, ordem e ao que ele chama de reeducação dos presos e presas. Para tanto, segundo ele, não será em um espaço extremamente repressor que tais objetivos serão alcançados. Matthews (2003) ajuda a compreender a importância que o diretor delega às marcas de uma instituição penal:

“El espacio nunca es neutral. Establece divisiones sociales. Define y redefine el comportamiento. Envía mensajes. Proporciona las bases para la construcción y difusión de ideologías. Es un mecanismo a través del cual se logra la distribución y circulación de los cuerpos. Refleja y define las relaciones sociales y, finalmente, es un mecanismo a través del cual se ‘ejecuta’ el orden”(Matthews, 2003, p.53).

O discurso de Caneppa é o mesmo discurso da prisão moderna⁸ e este assume a importância do tratamento voltado para os presos e não somente a punição propriamente dita. Nesse sentido, foi preciso pensar um novo espaço carcerário a partir de bases científicas e que fosse capaz de humanizar a pena. Segundo Elça de Mendonça Lima (1983), a ausência de grades, a baixa altura e aparente leveza do muro que circundava a Penitenciária de Mulheres se constituíam como elementos importantes de uma nova psicologia prisional que reconhecia na arquitetura a ligação entre o plano físico da prisão e seu funcionamento interno em prol da recuperação das internas.

Esse entendimento de que o ambiente prisional deveria favorecer a recuperação dos privados de liberdade, teve como grande influência os pensamentos de John Howard, importante referência teórica de Caneppa no pensamento de um novo modelo arquitetônico prisional. John Howard nasceu em 1726 e dedicou sua vida à melhoria das condições nos presídios, sendo considerado por alguns o grande apóstolo da humanização das prisões. Howard propôs em sua obra uma reforma penitenciária, cujas bases fundamentais eram as seguintes: educação religiosa; trabalho regular organizado; condições alimentícias e de higiene humanas; isolamento parcial para evitar o contágio moral e inspeções periódicas. Tendo em vista a concepção de arquitetura prisional inspirada nas ideias de Howard e defendidas por Victorio Caneppa e Lemos Britto em prol da humanização da pena, a Pe-

8. A modernidade no âmbito punitivo a partir de meados do século XIX, partia de uma concepção que defendia a pena com trabalho e prisões remodeladas. Estar na vanguarda era investir em novos cárceres, superando os açoites, as penas de morte, os castigos físicos e as masmorras.

nitenciária de Mulheres de Bangu foi construída com os seguintes espaços: sala de moral, sala de aula, sala de costura, biblioteca, cozinha, rouparia, pavilhões celulares, dependências de serviço médico, refeitório, sala de visitas, dois pátios, creche, gabinete do diretor, gabinete da superiora, capela e celas de castigo.

Mas como pensar em celas de castigo inseridas na proposta em questão? O projeto inicial da Penitenciária não contava e, inicialmente, Canepa não era a favor. Contudo, depois de muitos pedidos das freiras, as chamadas “surdas” foram construídas. Tratava-se de celas onde internas consideradas “rebeldes” eram trancadas por dias e em total isolamento. Lá mesmo faziam suas refeições e necessidades fisiológicas, sem contato algum com outras internas, funcionários e sem a luz do sol. Além dessa mudança, com o passar dos anos os alojamentos da Penitenciária de Mulheres antes coletivos, tornaram-se individuais, celulares. Essas alterações fizeram parte da necessidade das freiras de controlarem as internas mais facilmente até mesmo na hora do banho, conforme relata o repórter de *A Estrêla*:

“Por uma escada estreita, de fácil acesso, chegamos nos pavilhões celulares. Tivemos ocasião de observar muitos detalhes interessantes: cada pavilhão é composto de 30 células, cada célula tem uma parte taqueada, encerada, muito limpa, com cama tipo patente, um pequeno armário, sanitário, só não dispõem de banheiro. O que facilita às Madres à fiscalização da higiene do corpo em horas certas, pela manhã e tarde” (AE, ed.3, p.7).

Tudo indica que a ausência de muros e grades foi substituída por uma extrema repressão e vigilância de corpos e almas. Se na arquitetura podemos falar de algumas mudanças, no tratamento há algo de tão inovador? Canepa discursava sobre a novidade trazida: “nesta casa nada há de estrangeirismos, tudo é feito de início, novo; tudo foi organizado do princípio, tudo é “sui generis” à própria casa é puramente brasileira” (AE, ed.1, p.21). Mas como se dava o cotidiano no interior da Penitenciária de Mulheres? Quais as concepções perpassavam à formação das apenadas?

Apesar da afirmação de Canepa sobre tratar-se de um novo modelo prisional, em relação a outros países europeus e americanos o Brasil estava atrasado, uma vez que muitos já tinham seus estabelecimentos prisionais femininos. Nos Estados Unidos, a primeira prisão exclusivamente para mulheres, *Mount Pleasant Female Prison*, no estado de Nova York, foi estabelecida em 1835, tendo sido o único estabelecimento desse tipo até 1870 (Angotti, 2012).

Assim como nas prisões norte americanas, o caminho traçado com o surgimento das prisões femininas no Brasil foi o de moldar moralmente as privadas de liberdade para que estas assumissem as funções domésticas, consideradas inferiores, quando estivessem para além dos muros prisionais. Para tanto, seria necessário garantir uma formação religiosa e sexista, o que não apontava nenhuma diferença ou ineditismo brasileiro.

Diante do exposto é importante considerar que, segundo Ferreira (2014), o sexismo compreende avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres e pode se manifestar sob a forma institucional ou interpessoal, muito embora a primeira propicie o contexto cultural adequado à

segunda. Trata-se instrumento para garantir as diferenças de gênero, sendo legitimado por atitudes de desvalorização do sexo feminino que vão se estruturando ao longo do curso do desenvolvimento, apoiadas por instrumentos legais, médicos e sociais que as normatizam.

Nesse sentido que considero que a organização institucional da Penitenciária de Mulheres de Bangu centrava-se em uma concepção sexista na medida em que seus objetivos estavam destinados à submissão feminina a um futuro marido ou à religião, conforme será abordado a seguir.

RELIGIÃO, MORAL E PRENDAS DO LAR: PISTAS SOBRE A FORMAÇÃO DAS APENADAS

Tendo em vista os relatos encontrados no Livro de Visitantes aqui estudado, parece-me que aos olhos de quem percorria a instituição tudo aparentava funcionar bem nesse espaço que foi pensado para se parecer com um reformatório, uma grande casa. Resta saber se a negação de um espaço físico característico de um espaço prisional se estabeleceu de fato como um “elemento-ponte” para um tratamento que fosse considerado mais humano e, mais do que isso, que levasse à tão proferida regeneração daquelas mulheres. Canepa traz indícios de como o objetivo era modificar as formas de controle: “a religião, a disciplina, a observação, a vigilância incessante e meticulosa, e a reeducação, substituem as grades, os muros lúgubres do passado” (AE, ed.3 p.67).

O excesso de preocupação com a limpeza e a ordem, assim como a semelhança com um espaço doméstico, estavam ligados à uma formação sexista que visava “regenerar” moralmente as presas fazendo com que se tornassem aptas a assumir o lar quando fora alcançada a liberdade. Nesse sentido, cabem as questões: obtivera resultados positivos essa proposta? Uma proposta arquitetônica diferenciada foi capaz de levar a um tratamento de fato mais humano? O que parecia tão limpo e organizado por fora funcionava tão bem no cotidiano? A representação de uma unidade modelo e eficiente era real? Talvez não seja possível responder integralmente a essas perguntas tendo em vista os limites das fontes estudadas na medida em que estas buscam trazer uma representação positiva da instituição penal feminina não apresentando críticas e nem as contradições do Sistema Penitenciário da época.

No entanto, elas mostram um grande interesse dos gestores e da própria sociedade, aqui representada pelos visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu, em manter e reforçar o papel de subalternidade e submissão das apenadas. Com uma formação moralizante e religiosa estas estariam aptas a retornar à sociedade e assumirem o papel de esposa e mãe, acatando as ordens sociais e impostas pelos seus futuros maridos.

O período aqui estudado é atravessado pela ideia de que as mulheres precisavam de proteção contra as tentações mundanas sendo a oração e os afazeres domésticos considerados fundamentais no processo de recuperação das encarceradas. Acreditava-se que as mulheres criminosas necessitavam nem tanto de uma estrutura militarizada e sim de um ambiente amoroso e fraternal. Tal cenário justifica o fato do Presídio de Mulheres do Distrito Federal ter sido administrado até 1955, como já

dito, pelas mãos das irmãs do Bom Pastor, congregação que havia sido muito ativa na administração de presídios femininos na América Latina (Aguirre, 2009).

Na prática problemas surgiram, o plano original da Penitenciária modificou-se e a vigilância realizada pelas imposições das freiras criaram também reações psíquicas negativas nas internas. O que não foi causado pelos muros e grades, o foi pela forte repressão das irmãs que passaram a castigar as presas “rebeldes” em celas de total isolamento e sem luz solar. No entanto, representantes de diversas instituições passaram pela unidade e estes, em sua maioria, também ressaltam a gestão de Victório Canepa, a limpeza da unidade, a disciplina e o trabalho religioso desenvolvido. Podemos destacar entre esses sujeitos alguns professores de universidade, gestores na área prisional de outros países e estados, juízes, membros de conselhos penitenciários, estudantes do curso de Direito, entre outros. O relato de um advogado e de um promotor público são significativos no sentido de suscitar o que grande parte das impressões encontradas no Livro de Visitantes traz à tona:

“Ao percorrer todas as dependências da Penitenciária de Mulheres, numa visita que, sem prévia determinação, tive oportunidade de fazer, grande foi a admiração que se apossou de mim. De fato o estabelecimento penitenciário de mulheres é obra que reflete o que de mais notório tem a nossa terra. A organização, a administração, o aparelhamento, o trato, o conforto e tudo que nele existe merecem, sem favor, os elogios de qualquer homem que sabe o que é alto e sublime. À vida material se alia a vida espiritual num sentido de recuperar os entes humanos que dêsse estabelecimento necessitam” (LV, visita realizada em 06 de abril de 1951, s/p).

“Higiene, disciplina, boa alimentação, religião e humanidade foi o que observei nesta visita. Meus louvores à administração desta Penitenciária” (LV, visita realizada em 05/02/1953).

É essa imagem de cárcere salubre, disciplinado e organizado que Canepa veicula até 1955, quando deixa a gestão da unidade. Para ele, somente a religião, aliada à uma unidade prisional que garantisse em seu funcionamento uma concepção de cunho pedagógico, ou seja, lugar onde as internas garantissem aprendizados de cunho moral e religioso e dominassem ofícios ligados à sua condição de mulher, seria capaz de readaptar esses sujeitos ao convívio social. Uma palestra capitão sobre os serviços religiosos e morais nas prisões, irradiada pela Rádio Jornal do Brasil, em 02 de maio de 1951, deixa clara a sua concepção acerca do trabalho que deve ser desenvolvido com as mulheres presas:

“Missão nobilíssima e voltada para Deus, o apostulado dessas quase santas criaturas encontra fundamento na ação da caridade, mas também, ao mesmo tempo, por necessidade, mantém uma vida profundamente ligada a Deus na convicção de poder aparecer, cheias de fé, para acalmar essas criaturas presas, que por vezes se mostram desconfiadas e revoltadas. Esse é o verdadeiro e delicado trabalho de reeducação que só a ciência pedagógica-penitenciária, acompanhada das virtudes e talento dessas abnegadas Irmãs, pode encontrar bom êxito. Aí está pois a verdadeira influência da religião nas prisões”(AE, junho de 1951, p. 44).

A série de discursos de Canepa e dos visitantes do Presídio de Mulheres da Penitenciária Central do Distrito Federal revela a representação de um universo prisional onde as privadas de liberdade são privilegiadas por estarem em um espaço que lhes possibilita a reintegração social digna.

Segundo Mary Del Priore (2013), a adoção do modelo imposto pela igreja Católica ajudou a construir os papéis femininos no imaginário social. Na sociedade tradicional, a mulher não possuía um estatuto fora do casamento e tornar-se uma “santa esposa e mãe” era a única forma pela qual a população feminina poderia alcançar segurança e mobilidade social. A concepção de educação feminina voltava-se para a formação de mulheres aperfeiçoadas ao casamento, desejosas da maternidade, competentes para a criação dos filhos e capazes na administração da casa.

Analisando o livro aqui pesquisado fica evidente essa concepção de educação voltada para o cárcere feminino, pois nos relatos encontrados é possível elencar uma série de palavras recorrentes nas impressões de seus visitantes, entre elas: amor, bondade, tolerância, humanismo, Deus, paciência, reeducação, regeneração, disciplina, higiene, organização, asseio e conforto. A penitenciária de mulheres foi comparada por alguns visitantes com uma escola e um verdadeiro lar para as presas: “vemos aqui como é possível suavizar os rigores da lei, com o pensamento de unir eficiência e bondade. No interior desta casa, temos a impressão de estar antes numa escola do que num presídio.” (LV, visita realizada em 27 de novembro de 1943, s/p).

Os visitantes que passavam pela penitenciária reforçavam o discurso de uma instituição prisional percebida em sua função educativa e que tinha como base pedagógica o trabalho prisional e a religião, caracterizados como ferramentas de recuperação das internas. Trata-se de uma educação moral voltada para as mulheres e não de um processo que incluía a escolarização destas. Era latente a formação sexista onde estas mulheres “são mortificadas na subjetividade feminina e, ao mesmo tempo, enfocadas sob prismas que hiper-sexualizam as relações estabelecidas e as intervenções do poder formal” (Chiez, 2009, p. 278). O relato abaixo reforça a ideia dos tipos de atividades adequadas às mulheres e como se dava essa organização na instituição:

“O sistema aqui adotado condensou o que de mais aconselhável indica a ciência penitenciária. O isolamento celular noturno, o trabalho apropriado às mulheres durante o dia- trabalhos manuais, costura, arte culinária, a prática de esportes adequados, a instrução intelectual e, sobretudo a formação moral da delinqüente” (LV, visita realizada em 11 de abril de 1945, s/p).

Barbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002) explicam que o contexto de formação sexista e religioso imposto às privadas de liberdade nas décadas de 1940 e 1950, se dava por meio da dedicação das internas às prendas domésticas de todo o tipo (bordado, costura, cozinha, cuidado da casa e dos filhos e dos maridos), pois assim estas estariam aptas a retornar ao convívio social e da família, ou, caso fossem solteiras, idosas ou sem vocação para o casamento, estariam preparadas para a vida religiosa.

Lemos Britto enfatizava a necessidade de se separar as mulheres dos homens e de colocá-las longe dos presídios masculinos. Desde o período colonial, no Brasil, as mulheres foram encarceradas em estabelecimentos onde prevaleciam prisioneiros do sexo masculino, sendo a elas raramente destinados espaços reservados. Prostitutas e escravas, em sua maioria, as mulheres eram confinadas junto aos homens. Narrativas de abandono, abusos sexuais, doenças, promiscuidade e outros, envolvendo

as mulheres encarceradas, estavam sempre presentes nos trabalhos de penitenciários do século XX (Angotti, 2012). No entanto, apesar da preocupação com todas as questões elencadas, segundo Bárbara Soares e Iara Ilgenfritz (2002), é possível supor que a criação de presídios e toda a preocupação do penitenciário em criar presídios só para mulheres destinava-se também a garantir paz e tranquilidade nas prisões masculinas e não somente possibilitar condições dignas às mulheres presas (Soares & Ilgenfritz, 2002).

Em um período em que se debatia a reforma das instituições penais em prol da consolidação de um sistema penitenciário mais humanizado, as fontes aqui trazidas buscaram pistas sobre a organização institucional da Penitenciária de Mulheres de Bangue e as representações do universo prisional nas décadas de 1940 e 1950, pelos sujeitos que atuaram e passaram pela Penitenciária Central do Distrito Federal. A gestão de Canepa e das Irmãs do Bom Pastor corrobora para a reflexão de que o papel de um profissional que atua no sistema penitenciário é, “antes de mais nada, marcado pelo eterno conflito entre vigiar, punir, reeducar, conflito este que, de resto, é a característica predominante da própria instituição em que está inserido” (Lemgruber, 1999, p. 83).

Outro ponto de reflexão importante diz respeito às mulheres negras e mestiças, extremamente marginalizadas, subvalorizadas e consideradas inferiores às brancas. Raça e classe social se constituem como “importantes indicadores da perseguição a determinados estereótipos femininos, considerados os mais propensos à práticas de condutas criminosas” (Angotti, 2012, p.117). A mulher pobre sempre trabalhou no Brasil e essa era uma realidade que não se encaixava no modelo estabelecido de homem provedor e mulher submissa que o padrão da família nuclear preconizava, o que, no dia a dia, gerava inúmeros conflitos (Fonseca, 1997). No que diz respeito às privadas de liberdade em meados do século XX, a maioria era doméstica ou criada de servir antes do encarceramento, além de operárias e tecelãs, o que nos mostra que “a punição pública feminilizada não afetava todas as mulheres da mesma maneira” (Davis, 2018, p.77). No período aqui estudado as cidades estavam em crescimento e os lugares do correto também serviam para pontuar os lugares do desvio. Outros modelos surgiam para além do de mulher “ideal” e à mãe presente e casada se opunha a mãe solteira, a mulher que abortava e aquelas que não desejavam ter filhos (Angotti, 2012).

Segundo Biroli (2018), ao analisar a produção de Aleksandra Kollontai⁹, é preciso perceber que:

“a representação idílica das mulheres na família e sua idealização como mães e esposas faziam parte da vida das camadas abastadas da sociedade, mas nada tinham a ver com a vivência das mulheres trabalhadoras e de todas aquelas que estavam entre as mais desfavorecidas da sociedade” (p.100).

E a divisão de trabalho entre mulheres também era reproduzida no ambiente prisional já que cabia às presas mais pobres os trabalhos mais pesados, enquanto às internas de classe mais alta, cabiam o trabalho manual. As mulheres de classe baixa que precisariam trabalhar após alcançada a liberdade

9. Autora de textos pioneiros do feminismo socialista nas décadas iniciais do século XX.

deveriam lavar, passar e cozinhar na penitenciária, pois assim poderiam atuar como domésticas em casas de família. E será que estas conseguiam trabalho apesar do estigma de ex-presidiárias? Em uma sociedade em que divisão de papéis sociais é tão marcante e as mulheres “desviantes” tão estereotipadas e estigmatizadas, as pesquisas e estratégias de organização progressistas devem reconhecer que o caráter profundamente influenciado pelo gênero da punição ao mesmo tempo reflete e consolida ainda mais a estrutura de gênero da sociedade como todo (Davis, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos sobre a História das Prisões no Brasil estão em fase de consolidação e se tornam relevantes na medida em que contribuem para compreender e encarar com seriedade os diversos problemas que afetam os privados de liberdade, abrindo espaço para novas pesquisas e conhecimento. Nesse sentido, é a partir das questões que envolvem o encarceramento e nas condições históricas pelas quais são percebidas, é que esse estudo se faz relevante.

Interpretar as ideias e modelos veiculados nas fontes aqui estudadas, revelam parte de um período histórico pouco estudado em âmbito acadêmico e que ajuda a refletir acerca da recorrente busca pela humanização da pena, das dificuldades e poucos avanços conquistados no âmbito da reforma que o regime prisional brasileiro exige.

Sendo assim, estudar os discursos veiculados na década de 1940 e 1950 são importantes para compreensão da reforma penitenciária ocorrida nesse período e para compreender como a educação voltada para as encarceradas vem se estabelecendo dentro do universo prisional pautada em uma formação sexista e moralizante que reforça papéis sociais femininos em que a mulher é vista numa condição de inferioridade e submissão.

Podemos falar em reais avanços ou numa proposta que visava reforçar a submissão feminina? Apesar da separação entre presídios masculinos e femininos ter se constituído como um avanço tendo em vista a violência, sobretudo sexual, sofrida pelas mulheres em presídios mistos, a violência que incide sobre os corpos femininos é persistente e recorrente por mais que as formas se alterem. O presente artigo, apesar de não trazer novas análises e abordagens, busca, a partir de uma documentação ainda não analisada anteriormente, compreender como os olhares dos diversos sujeitos, com diversas atuações profissionais, se voltavam para às mulheres privadas de liberdade no período aqui estudado e como a gestão da Penitenciária de Mulheres de Bangu buscava implementar um modelo institucional que tinha como principal objetivo “moldar” mulheres dóceis e submissas.

Retomo as reflexões de Bruna Angotti (2012) e que são corroboradas pela análise das fontes aqui abordadas, quando a autora afirma que o trabalho de formação religiosa e para o “lar” destinado a essas mulheres não parece ter possibilitado uma transformação real na vida das apenadas e não garantiu as ferramentas necessárias para superação das adversidades encontradas no mundo extramuros.

Numa sociedade onde o casamento e a família deveriam ser os principais objetivos das mulheres, treiná-las para a reinserção social era, de certa forma, capacitá-las para um modelo de vida no qual não se encaixavam.

A busca pela humanização da pena, tão frequente nos discursos e leis dos séculos XX e XXI, precisa em muito avançar e, sobretudo, se faz necessário, buscar alternativas ao encarceramento e a busca por justiça social para que o encarceramento feminino diminua e para que as egressas do sistema penal estejam prontas para enfrentar seus desafios e possam protagonizar suas vidas dentro e fora de seus lares.

REFERÊNCIAS:

- Aguirre, C. Cárcere e Sociedad e na América Latina, 1800- 1940. In: *História das Prisões no Brasil*, volume I. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- Angotti, B. (2012). *Entre as leis da ciência, do estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil*. São Paulo: IBCCRIM.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Chies, L; Barros, A. (2009). A prisão dentro da prisão: sínteses de uma visão sobre o encarceramento feminino na 5ª Região Penitenciária do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano 17, p.251-280, n. 79. Disponível em: https://gitep.ucpel.edu.br/wp-content/uploads/2018/11/Artigo_A-prisão-dentro-da-prisão-RBCCRIM-79.pdf. Acesso em: 3 de abril de 2022.
- Davis, A. (2018). *Estarão as prisões obsoletas?* Rio de Janeiro, Difel.
- Del Priore, M. (2013). *Histórias e Conversas de Mulher*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- Ferreira, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em psicologia da SBP*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004. Acesso em: 15 de outubro de 2022.
- Fonseca, C. (1997) Ser mulher, mãe e pobre. In; Del Priore, M.(Org.). *Histórias das Mulheres no Brasil* (pp.510-533). São Paulo: Contexto.
- Lemgruber, J. (1999). *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- Lima, E. (1983). *Origens da Prisão Feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: OAB/RH.

Matthews, R. (2003). *Pagando tiempo. Una introducción a la sociología del encarcelamiento*. Barcelona: Bellaterra.

Soares, B. & Ilgenfritz, I. (2002). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond.

FONTES:

Biblioteca Nacional, RJ: *A ESTRÊLA: Órgão Penitenciária Central do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: 1951-1955.

Secretaria de Administração Penitenciária, RJ: Manuscrito: *Livro de Visitantes da Penitenciária de Mulheres de Bangu*, 1942.